

Economia política da crise econômica nos Estados Unidos: a retomada está em andamento?

■ Luiz Carlos Delorme Prado*

Crises econômicas têm sua própria dinâmica. Em seu percurso tradicional emergem como um *crash* e terminam como uma crise política. Foi assim na década de 1930 e está sendo assim sete décadas depois. A crise atual eclodiu com o estouro da bolha do *subprime* e adquiriu dimensão política nas disputas geradas pela administração dos grandes déficits públicos nos EUA e na Europa. Tal como a crise de 1930, interpretações da crise atual têm sido uma arena de debate das diversas correntes econômicas.

Há três interpretações principais sobre as causas da crise. A primeira, compartilhada pelas correntes tradicionais, imputa a responsabilidade a problemas de risco moral, facilitados pela ação regulatória do Estado, por políticas monetárias excessivamente frouxas e pela irresponsabilidade de alguns agentes do mercado. Variações dessa interpretação foram sustentadas pela *Financial Crisis Inquiry Commission* (FCIC) instituída pelo Congresso norte-americano e é o diagnóstico implícito no *Trouble Asset Relief Program* (TARP), apoiado pelos secretários do tesouro de Bush (Henry M. Paulson) e de Obama (Timothy Geithner). A segunda, proposta por autores de tradição de esquerda, marxistas, kaleckianos ou do radicalismo acadêmico norte-americano, imputa a crise à estagnação dos salários reais e à concentração de renda que, associados aos déficits fiscais e comerciais, levam à

necessidade de aumentar o endividamento das famílias para viabilizar a demanda doméstica – ou seja, a crise é explicada por problemas de realização¹. A terceira interpretação baseia-se na tradição keynesiana e aponta como principal causa da crise a desmontagem do aparato regulatório do período de hegemonia keynesiana e/ou problemas monetários associados à hipótese de estabilização financeira de Minsky. Sustentam essa abordagem autores como Jan Kregel (ver *Resolving the US Financial Crisis*, *PSL Quarterly Review*, vol.64 n° 256 (2011), pp.23-37) e James K. Galbraith (ver *The Great Crisis and The American Response*, Levy Economic Institute of Bard College, Public Policy Brief, n° 112, 2010). Cada linha de argumentação defende um conjunto de políticas para superar o momento atual e tem projeções sobre as perspectivas norte-americanas de sair da crise.

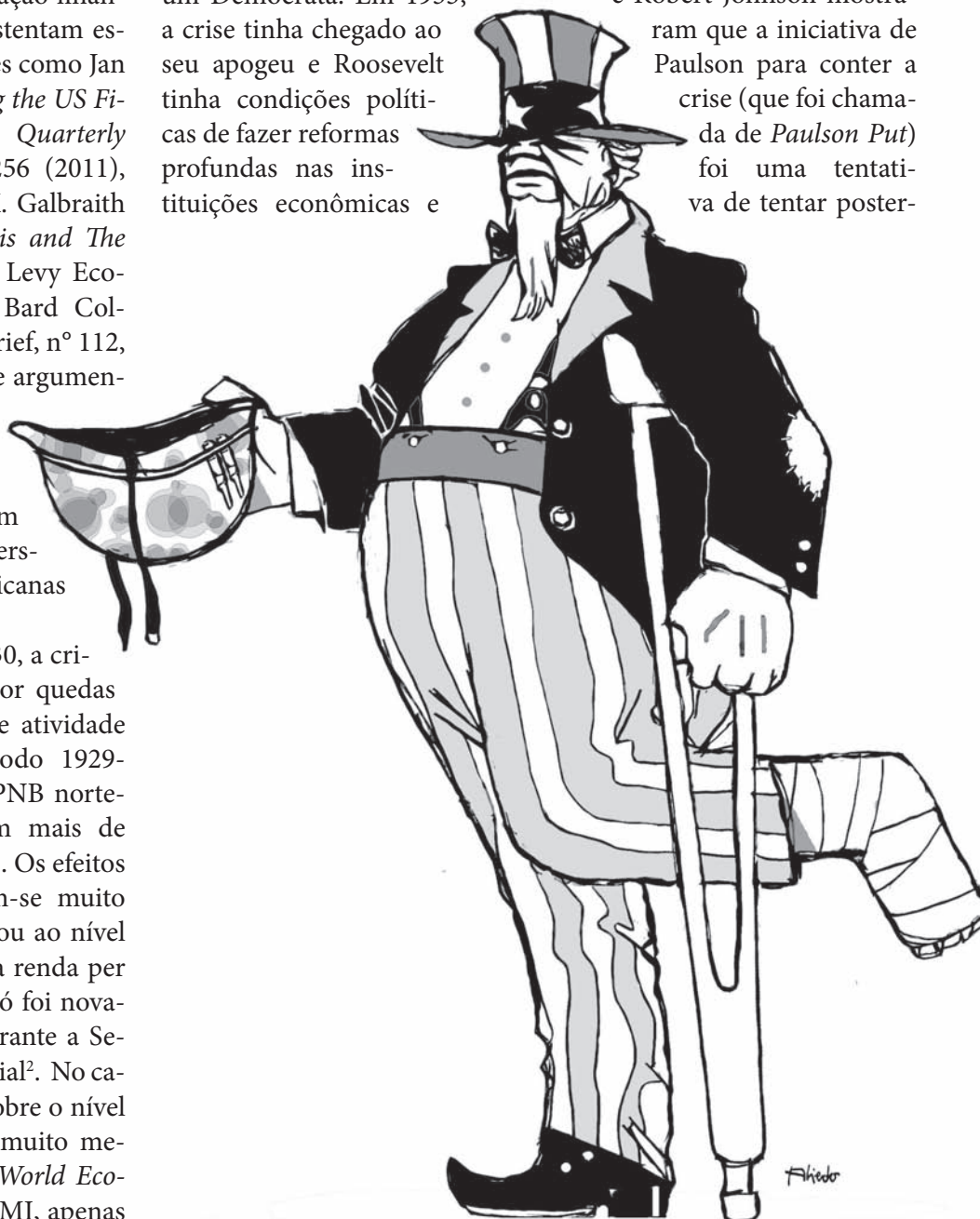
Na década de 1930, a crise caracterizou-se por quedas elevadas no nível de atividade econômica no período 1929-1933, sendo que o PNB norte-americano caiu em mais de 30% entre esses anos. Os efeitos da crise estenderam-se muito além. O PIB só voltou ao nível de 1929 em 1937 e a renda per capita daquele ano só foi novamente alcançada durante a Segunda Guerra Mundial². No caso atual, os efeitos sobre o nível de atividade foram muito menores – segundo o *World Economic Outlook*, do FMI, apenas

em 2009 o crescimento do produto norte-americano foi negativo. No entanto, uma taxa de desemprego elevada (superior a 9%) e uma frágil recuperação, com baixas taxas de crescimento, parecem ser características persistentes.

Uma diferença marcante entre as duas crises foi o momento em que se deu a troca de governo de um Republicano para um Democrata. Em 1933, a crise tinha chegado ao seu apogeu e Roosevelt tinha condições políticas de fazer reformas profundas nas instituições econômicas e

financeiras norte-americanas. Os objetivos imediatos do presidente eram o de criar empregos e gerar rendas o mais rápido possível. Os opositores do regime estavam enfraquecidos e não opuseram resistência a suas políticas.

Quando Obama chegou ao poder em 2009, a crise tinha eclodido há pouco tempo. Autores como Thomas Ferguson e Robert Johnson mostraram que a iniciativa de Paulson para conter a crise (que foi chamada de *Paulson Put*) foi uma tentativa de tentar poster-



gar a realização de perdas para depois da eleição de novembro³. Depois da posse, Obama fez poucas alterações na equipe econômica, mantendo em posições de comando pessoas comprometidas com os interesses da comunidade financeira norte-americana. O presidente assumiu o governo e foi recebido, sem trégua, com fortes pressões de uma oposição vigorosa e secreária. Sua agenda na área social, em especial sua reforma da política de saúde, transformou a questão fiscal no principal tema do debate no Congresso.

A ação anticíclica de Obama foi baseada no *The American Recovery and Reinvestment Act*, aprovado em 17 de fevereiro de 2009, que estabelecia um programa de dispêndios envolvendo vários programas federais, crescimento e extensão de certos benefícios através do *Medicaid*, compensações por desemprego e programas de alimentação. Essa lei tinha um orçamento de 787 bilhões de dólares, que era considerado um valor modesto por vários economistas de sua administração. Desse montante, apenas 500 bilhões de dólares estavam relacionados a contratos, doações ou empréstimos, com efeitos previsíveis sobre a demanda agregada. Redução de impostos perfazia o resto da previsão de gastos. Parte dos gastos deveria ser realizada no longo prazo, sem efeitos imediatos na economia.

A crise econômica norte-americana tinha dois componentes. Um era resultado do estouro da bolha do *subprime*, afetando as instituições financeiras que eram as detentoras dos ativos deflacionados. Outro era o resultado da deflação dos ativos e das restrições de crédito sobre a capacidade de compra das famílias. Desde a década de 1990, as famílias norte-ameri-

canas vinham usando seus ativos como colaterais para obter crédito. Na medida em que suas propriedades tinham perdido valor e que muitas famílias estavam endividadas, a redução do consumo até a restauração de uma melhor posição financeira era um comportamento esperado. A política empreendida pelo governo norte-americano foi suficiente para resgatar a situação econômica dos grandes bancos, mas não melhorou o problema da dívida acumulada pelas famílias. O resultado óbvio é uma lenta recuperação da economia e o constante risco de um novo repique da crise, em vista das pressões pelo corte de gastos públicos para atender ao serviço da enorme dívida pública, contraída para resgatar o setor financeiro.

Ou seja, tanto o governo Bush como o governo Obama empreenderam políticas que atenderam a demanda de um segmento poderoso, política e economicamente, nos EUA – os grandes bancos e outras empresas financeiras. A massa da população, formada pelos tomadores dos empréstimos, foi duplamente afetada: (i) pela redução do crescimento econômico – e portanto dos empregos – e (ii) pela maior restrição ao crédito. A conta, no entanto, expressa em uma enorme dívida pública, deve ser paga pelo conjunto da população. Curiosamente, a ideia de que essa dívida, surgida da socialização das perdas do setor financeiro, é produto da irresponsabilidade de um Estado gastador tem prevalecido na opinião pública. Nas condições atuais, a capacidade de usar política fiscal como um instrumento anticíclico parece muito reduzida. A política keynesiana, que foi desenhada para combater deflação das rendas, não é eficiente em um cenário em que o problema é o tamanho do

endividamento das famílias e a sensação de insegurança gerada pela sensação de empobrecimento, devido à perda de valor de suas propriedades e ativos.

A crise interna é agravada pela crise externa. A situação econômica da Europa impõe limites para a ideia de recuperar a economia norte-americana pela demanda externa. Mesmo que países em desenvolvimento e, em especial, a China e outros países asiáticos contribuam para a expansão do comércio internacional, o possível efeito da demanda desses países na economia norte-americana é reduzido.

Há várias indicações que os efeitos da crise vêm se tornando crônicos. Ou seja, a economia norte-americana, mesmo em um cenário positivo, crescerá pouco e terá de sustentar um nível elevado de desemprego. Nessas circunstâncias a agenda política passa a ter um maior peso na estratégia econômica. Na campanha presidencial do próximo ano, entre os temas fundamentais estarão o desemprego e o tamanho da dívida pública. Os republicanos apresentam-se com sua estratégia de sempre, inalterada desde os anos Reagan – defendem redução de impostos e corte de gastos sociais. Essa agenda, analisada em detalhes por James Galbraith no livro *The Predator State: How Conservatives abandoned the Free Market and why the Liberals should too* (Free Press, 2009), foi capaz de obter enorme apelo popular e, mesmo em retração, é ainda aceita por grandes setores da sociedade norte-americana. Por outro lado, os democratas não vêm sustentando propostas de mudanças ousadas. Seu discurso tem sido o de apresentar uma política similar a dos republicanos, mas enfatizando a necessidade de corrigir falhas de mercado, não reduzir impostos dos

ricos e manter nos níveis presentes o gasto social.

Minha conclusão é que, na arena política norte-americana, não há uma estratégia crível de saída da crise. No passado, os efeitos de longo prazo da crise de 1930 foram apagados com a economia de guerra. No presente, pequenas vitórias contra o terrorismo, como a recente morte de Bin Laden, provavelmente serão decisivas para uma vitória eleitoral. Mas não há perspectivas de que, atualmente, fatores exógenos resgatem a economia norte-americana. Alguns pós-keynesianos, como Galbraith, acham que essa situação vai levar à ascensão final das políticas que defendem. Esse autor termina um artigo sobre a crise de 2008 afirmando:

«*Eu desejo que sejam John Maynard Keynes, Wynne Godly and Hyman Minsky [e não Marx] que venham a rir por último nesses assuntos (...). Porque eu acho que o momento em que a questão será decidida não está muito à frente.*» (*The Great Crisis and The American Response*, Public Policy Brief, No118, 2011, pg.11).

Eu, sinceramente, espero que o otimismo de James Galbraith seja mais do que um *wishful thinking*.

* Luiz Carlos Delorme Prado é professor do Instituto de Economia da UFRJ e diretor-presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. E-mail: lcdprado@gmail.com

1 Ver, por exemplo, o artigo de Aldo Barba e Massimo Pivetti, *Rising Household debt: Its causes and macroeconomic implications – a long-period analysis*, Cambridge Journal of Economics, 2009, 33, pp.113-137.

2 Ver Prado, LCD - *A Economia Política da Grande Depressão da década de 1930*, em Limonic, F & Martinho, Carlos, *A Grande Depressão*, Civilização Brasileira, 2009.

3 Ver Thomas Ferguson e Robert Johnson, *Too Big to Bail: The Paulson Put, Presidential Politics and the Global Financial Meltdown*, Part I, *International Journal of Political Economy*, 38, no1, pp.3-34 e Part II, *International Journal of Political Economy* 38, n° 2, pp.5-45.